



rumores e ruídos

“Polícia para quem precisa!”

A arte não é politicamente correta. Nunca foi. Não pode sê-lo sob pena de abandonar sua função primeira: a liberdade de recriação da realidade. Isso significa que não deve tomar para si a tarefa de veiculação de “verdades” filosóficas, sociológicas, religiosas. Para esses fins, existem outros meios. “Cada macaco no seu galho”!

Não me levem a mal por dizer isso assim tão despudoradamente, mas precisamos muito dela para educar nossos sentidos, formar nossos conhecimentos e, por estranho que pareça, distanciarmo-nos das circunstâncias históricas para podermos olhá-las com mais nitidez e construirmos uma consciência crítica como única ferramenta capaz verdadeiramente de elevar nossos espíritos. Portanto não a censuremos sem antes dimensionarmos o quão salutar é poder “ver com olhos livres” a vida, como bem sugeriu Oswald de Andrade em seu manifesto Pau-Brasil, condenando, à época, os antolhos que nos impedem a amplitude do olhar que só as manifestações artísticas nos oferecem. O politicamente correto, quando se apresenta como censura, retira do olhar o cromatismo, o aspecto multifacetado e a dimensão interpretativa, ou seja, não contribui para a formação de cidadãos críticos.

Não diria, qual Caetano Veloso, que é “proibido proibir”, mas que deveria ser proibido ocultar, subtrair, suprimir da arte sua potência transgressiva que, devidamente contextualizada, sempre será passível de compreensão. Aceitação já é outra coisa. Refiro-me a três episódios recentes que geraram muitos rumores até porque surgiram de um grande ruído comunicacional: a falta de entendimento das funções da arte.

Será retomada hoje a audiência conciliatória, no Supremo Tribunal Federal, convocada pelo ministro Luiz Fux, para tentar resolver a contenda sobre o possível racismo na obra “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato. Esta denúncia representada pelo Instituto de Advocacia Racial (IARA) apoiou-se em dois pareceres favoráveis do Conselho Nacional de Educação



(CNE) que acolheu a acusação feita pelo técnico em gestão educacional, Antonio Gomes da Costa Neto, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2010. Segundo ele, a personagem tia Anastácia fora representada de forma preconceituosa como na passagem "...resmungou a preta, pendurando o beijo". O IARA não pleiteia mais a recomendação de cessar a distribuição do livro às escolas públicas, mas a inclusão de nota explicativa sobre o emprego dessas expressões tal como a nota que esclarece, na mesma obra, que "caçar onças" hoje é crime ambiental. Solicita também cursos de capacitação para professores do Ensino Básico para que estejam aptos a lidar com questões semelhantes. Penso que, nesse caso, como nos outros dois que vou relatar, tudo se resolveria se, desde a infância e a adolescência, fôssemos expostos ao entendimento das reais pretensões da arte ao invés de impedidos de sua fruição estética. Compete sim aos educadores e ao Estado enfrentar as trincheiras dos preconceitos e fundamentalismos que, por ignorância, outras instituições, tais como a família e as igrejas, encarregam-se de reproduzir.

Assim, não é compreensível que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, eleito o melhor colégio público do país pelos resultados do ENEM de 2011, tenha cedido, agora em setembro, às pressões de pais e professores de escolas e cursos preparatórios para seu processo seletivo e retirado do edital o livro "Violetas e pavões", de Dalton Trevisan, que, como comentei em meu primeiro artigo nesta coluna, recebeu pelo conjunto de sua obra o prêmio Camões, o mais importante da literatura em língua portuguesa. A alegação é de que temas como sexo, drogas e crimes não teriam uma abordagem adequada a alunos de 13 a 15 anos. Que eu saiba, abordagem é atribuição de educadores e só pode ser realizada quando do contato direto com as obras. Jamais na sua ausência. O paradoxo é que esses mesmos pais não julgam inadequado que seus filhos, desde a mais tenra idade, fiquem expostos a games violentíssimos em que o único objetivo é vencer matando obscenamente o adversário.

Foi com a mesma alegação que a Academia Brasileira de Letras (ABL)



retirou de uma transmissão ao vivo pela internet da conferência do professor Jorge Coli da UNICAMP, no seminário “Mutações - O futuro não é mais o que era”, a tela de Gustave Courbet, “A origem do mundo” (1886), exposta em caráter permanente no Museu d’Orsay em Paris, pelo fato de “representar” com tintas uma genitália desnuda. Confram-na gratuita e democraticamente pela internet! A palestra de Coli era justamente sobre as fronteiras entre erotismo e pornografia. Ora, só a educação pelo conhecimento e não pela supressão pode nos ensinar tais nuances.

Polícia, cantam Os Titãs, para os que precisam dela, como me parece seja o caso da professora Daniela Cordovil da Universidade do Estado do Pará. Doutora em Antropologia Social, a ciência que nos ensina a ver o OUTRO e a DIFERENÇA, chamou de macaco o funcionário que impediu, por orientação da universidade, a entrada no “campus” de um aluno depois das 18h. Enquanto tivermos professores assim, o futuro não será o que sonhamos!

